

A Senhora Entre “Perros” e “Cabrões”: Mediadora Social e Cultural em Carção

<https://doi.org/10.21814/uminho.ed.73.9>

Luís Vale

Escola Superior de Saúde de Gulpilhares, Instituto Piaget, Vila Nova de Gaia, Portugal

<https://orcid.org/0000-0003-1340-9625>

valedovale@gmail.com

Resumo

Em Carção, locus privilegiado de coexistência e dinâmicas entre culturas e práticas religiosas, conhecida e reconhecida como a “terra dos judeus”, convivem duas comunidades – cristãos velhos e cristãos novos. Nesta comunidade dividida, a santa e padroeira de Carção é catalisadora de congregação e esforços, dissuasora de tensões sociais e promotora do reforço identitário e de sentimentos de pertença. A festa acontece sempre no último fim de semana de agosto e é considerada pelos locais como o “Natal de Carção”, pois é quando todos, designadamente os emigrantes, procuram regressar à aldeia para estar presente nas festividades. Neste texto, analisamos a festa, a sua história e as suas diferentes dimensões, assim como as clivagens existentes entre as duas comunidades na contemporaneidade (identidade, institucionalização da predominância judaica, nomeação, manifestações culturais populares, semiótica do espaço), da ocultação à afirmação. A festa da Senhora das Graças é, neste quadro, celebração de fé, mas também de identidade, de pertenças, de poder económico, de sucesso individual e coletivo, de rivalidades e memórias da aldeia.

Palavras-Chave

festa, fé, identidade, pertença, mediação

Contextualização

Tendo por motivação para a participação no “Congresso Internacional ‘Festas, Culturas e Comunidades: Património e Sustentabilidade’” a consciência de que a festa de Carção e os dados etnográficos que o trabalho de campo nos permitiu recolher se enquadravam na perfeição no tema e nos objetivos deste congresso, e que a festa reflete nas suas dinâmicas locais, ideias e questões relevantes para a comunidade, tais como a identidade, os sentimentos de pertença e as alteridades – sociais, simbólicas, religiosas, económicas e culturais, propomos aqui uma análise exploratória da festa de Carção.

Carção sempre se distinguiu dos outros “povos” da região. Reconhecidos por “judeus” ou “perros” por todo o nordeste transmontano, a sua fama corria por qualquer caminho, feira ou mercado. Independentemente da evolução das conjunturas sociais, políticas e económicas ao longo do tempo, Carção permanece uma pequena aldeia do concelho de Vimioso. Segundo os dados provisórios dos censos de 2021 (Instituto Nacional de Estatística, 2021), em Carção, residem 388 habitantes – que falam e ralam alto, principalmente na rua; que respondem individualmente por uma nomeada. A aldeia preservou no seu *éthos* um conjunto de caracteres que, trazidos até ao presente, permitem-lhe agora manter essa distinção regional, na medida em que tem conseguido manter na sua vivência formas e modos de estar e de ser muito particulares. Trata-se, portanto, de uma questão de identidade, que neste lugar se define como “raça” e que divide a comunidade em dois universos distintos, o dos cristãos velhos e o dos cristãos novos. Consideramos que é precisamente a questão da identidade que possibilita tudo o quanto aconteceu, tudo o que foi acontecendo e tudo aquilo que, sobrevivendo ou evoluindo até ao presente, acontece.

A festa em honra da Senhora das Graças, em Carção, é uma manifestação popular de cariz religioso, mas também profano, que determina a vida da comunidade residente e, principalmente, das suas diásporas. Anualmente, no último fim de semana do mês de agosto, a comunidade reúne-se em festa aos pés do andor da Senhora das Graças, agradecendo-lhe todas as dádivas e retribuindo-lhe com honras e dedicação que, para muitos, significa horas, dias e meses de esforços e trabalhos no planeamento e na organização da festa. A festividade, pelos seus espaços e tempos, mas acima de tudo, pela sua grandiosidade, contribui também para a afirmação desta aldeia no contexto regional das festividades de verão.

Nesta aproximação ao terreno, importa também referir que foi o trabalho de campo em Carção, entre 2002 e 2012, e o conhecimento da comunidade e da sua festa que daí resultou, que nos permitiu perspetivar a Senhora das Graças enquanto mediadora, não só entre as pessoas e a divindade, mas também, e principalmente, entre as duas comunidades aí existentes.

Uma Aldeia, Duas Comunidades

Ainda que não seja perceptível à distância, ou numa aproximação mais distraída ou superficial, em Carção coabitam duas comunidades distintas:

- A comunidade de cristãos novos ou cripto-judeus que, habitualmente, se dedicava ao comércio e à venda ambulante, e eram conhecidos e reconhecidos por “judeus” ou “marranos”¹, “almocreves” ou “perros”.
- A comunidade de cristãos velhos (católicos) que, quase exclusivamente, se dedicava à agricultura e à criação de gado e eram apelidados de “cabrões”.

Diz-nos Paulo Lopes (2004) que “são grupos distintos que nas suas relações se ignoram mutuamente” (p. 36), afirmando mesmo que “a segregação entre agricultores e azeiteiros (judeus) era completa há apenas quarenta anos: bairros distintos, casamentos exclusivos dentro do grupo, forte animosidade entre uns e outros” (p. 35). Esta distinção entre as duas comunidades está também cristalizada na forma de dito popular: “em Mirandela são Narros/ De Macedo são Carções/ Em Carção, uns são os Perros/ e os outros são Cabrões” (Lopes, 2002, p. 5).

É assim que encontrámos nesta pequena aldeia da terra fria transmontana uma relação paradigmática de alteridade, que ainda hoje se manifesta em vários momentos e espaços, através de diferentes dimensões que se traduzem em clivagens entre as comunidades. Naquilo que nos foi possível observar e testemunhar, acrescido das conversas que mantivemos e de todas as fontes que consultámos, em particular a revista *Almocreve*, que se constitui como uma fonte riquíssima de etnografias locais, podemos identificar e caracterizar algumas dessas dimensões.

Institucionalização da Predominância Judaica

São vários os caracteres sociais, culturais e até políticos (gestão e administração autárquicas) que nos permitem perceber esse esforço, ou estratégia, dos atores locais para a afirmação deste território, desta comunidade, associada a uma origem étnica ou religiosa que os singulariza e diferencia de outros territórios e de outras comunidades, nomeadamente, daquelas mais próximas.

O brasão de armas (heráldica) de Carção ostenta três elementos de origem judaica: um umbral (a mezuzá), que também pode ser visto como uma lançadeira de ouro com enfiadura de azul; um candelabro de sete lumes de ouro, realçado a negro (o menorá); e as palas onçadas de prata e azul dos xailes de seda usados para a oração (os *talitím*), que também representam os rios Maças e Sabor, cujos cursos passam no termo de Carção ou proximidades.

¹ Palavra que nos chegou do castelhano e significava “porco”. A sua atribuição indica desprezo pois trata-se de um animal considerado imundo e que os judeus não podiam consumir. Com origem árabe *muharrama*, destacam-se as seguintes aceções: “excluído”, “proibido”, “excomungado”. Na opinião de Inácio Steinhardt (2009), “só aqueles, entre os cristãos-novos, que continuavam a praticar em segredo reminiscências do culto judaico eram considerados marranos” (p. 53).

A criação de uma associação cultural cuja designação social é Associação Cultural dos Almocreves de Carção, cujo objetivo declarado era (ainda será?) “investigar os usos, costumes e as tradições da nossa terra” (Lopes, 2002, p. 1), surgiu da sensibilidade, vontade e reunião de jovens estudantes locais para a valorização de tudo aquilo que era para eles entendido como património local e digno de ser preservado e divulgado além dos limites da aldeia.

A revista *Almocreve*, iniciativa da associação cultural, serviu de veículo privilegiado de recolha, testemunho, preservação, comunicação e divulgação das manifestações culturais, tangíveis e intangíveis, locais, assim como de projetos que procuravam concretizar. Para além da publicidade conseguida junto de algumas pequenas/médias empresas locais e regionais, o projeto foi financiado pela junta de freguesia e pela Câmara Municipal de Vimioso, cujos presidentes tiveram, desde a primeira edição, espaço para se dirigirem aos leitores da revista, apoiando e felicitando a iniciativa editorial e o esforço dos “jovens almocreves” na sua empreitada na defesa da sua cultura.

O projeto e concretização do Museu Judaico de Carção foi também iniciativa da associação cultural, enquanto espaço de memória do marranismo local. Neste espaço podemos encontrar reunidos vários elementos que remetem para essa realidade mais ou menos pretérita: inscrições em pedra de padieiras e ombreiras das casas, menorás, *Agnus Dei*, fole de forja, entre outros objetos de uso pessoal e/ou familiar, que os responsáveis da associação e museu conseguiram recolher no ainda edificado e junto da população local, que, diga-se, inicialmente resistiu à ideia desta afirmação pública do seu marranismo.

Por último, mas não menos importante, a afirmação de Carção como a “capital do marranismo” em Portugal, que para além de ser consequência de todas estas iniciativas locais, é uma manifesta tentativa de tematização deste território, procurando não só esse reconhecimento simbólico e institucional, como servir-se dele para alcançar projeção a nível regional, nacional e até internacional.

Identidade

Em relação à dimensão identitária, consideramos importante referir aqueles que são os traços mais perceptíveis e que nos permitiram estabelecer as referidas clivagens nas relações entre estas duas comunidades.

- Origem geográfica – a presença de judeus na Península Ibérica remontará a épocas bem remotas, não sendo possível, contudo, estabelecer uma data concreta para a sua chegada a estes territórios. Ainda assim, naquilo que a Carção diz respeito, e, segundo Maria Fernanda Guimarães e António Júlio Andrade (2008), “as origens da comunidade hebraica de Carção remontam provavelmente a 1492 quando os judeus foram expulsos de Espanha receberam vistos de entrada e estadia em Portugal, a troco de pagamento do imposto” (p. 44).
- Origem genética – existe na população judaica transmontana um património genético ancestral que reflectirá a sua origem no médio oriente. Esta população

está geneticamente mais próxima de outras populações judias de outros países, do que da população portuguesa não-judia, embora existam indícios de miscigenação com populações não-judias (Nogueiro, 2010, p. 50).

Elsa Lechner (2007) também estudou estas comunidades naquilo que são as percepções de alteridade e as construções da condição de “outro”:

a população local refere estereótipos físicos e comportamentais que contribuem para reforçar a divisão criada. Os dois grupos auto-distinguem-se atribuindo-se características fenotípicas específicas, sendo a aparência física dos “judeus” associada a cabelos ruivos, pele sardenta e olhos claros. (...) Coincidindo com a imagem clássica do “judeu vermelho” ou “judeu-ruivo”, que traduz a condição de Outro, próximo do animal, a que a tradição cristã sempre tendeu a remeter os judeus. Eles são o Outro mais diferente dos outros, ou seja, uma figura de alteridade extrema, remetida para um limiar de aceitação na fronteira com o animal. (p. 4)

- Sentimento de pertença – a experiência de vida partilhada em comunidade traz consigo a comunhão de sistemas de valores e significações, que levam a maioria dos indivíduos a aceitar espontaneamente os comportamentos sugeridos pela comunidade em que estão inseridos (Benedict, 1934/2005). Estas pertenças manifestam-se através daquilo que José Sobral (2012) designa como “experiências de pertença”, ou seja, “uma conversa continuada que abrange não apenas o presente, mas se alarga ao passado” (p. 95). Também o espaço adquire aqui uma importância central e até essencial, pois é num determinado espaço que essas dinâmicas identitárias acontecem e se manifestam, estabelecendo-se uma relação de pertença também em relação ao espaço.
- Dito de outra forma, pertence-se também a um determinado espaço, na medida em que este é, entre os suportes de identificação e de pertença, um elemento estruturante de todo o processo de produção ou recomposição identitária (Lopes, 2006). Assim, em Carção, encontrámos duas pertenças que apesar de distintas, são cumulativas, não são antagónicas e não se anulam mutuamente. No plano interno, temos então a divisão entre as duas comunidades – judeu e/ou não judeu, e cujas pertenças estão perfeitamente estabelecidas e são conhecidas por todos os seus membros. “A tónica no que é uma das marcas genéticas de Carção: uma sociedade assente numa (...) separação entre dois troncos genéticos distintos, claramente referenciados e explicitamente assumidos na vivência e consciência de cada um” (Andrade, 2009, p. 38). Naquilo que é a vida fora de Carção, portanto, num plano externo à comunidade, percebemos que são todos carçonenses. “Mal se ultrapassava a linha de fronteira do termo de Carção (...) já a clivagem entre judeus e não-judeus se silenciava e desaparecia. (...) A partir daí sobrava apenas a memória comum e o sentimento de pertença à mesma história” (Andrade, 2009, p. 39).
- Alteridade – a pertença a uma das duas comunidades implicava o perfeito conhecimento da existência de uma outra comunidade, o reconhecimento dos seus membros como diferentes e o cumprimento das normas socialmente

estabelecidas, obedecendo àquilo que era hábito e tradição, de forma a impedir qualquer miscigenação ou comportamento desviante:

a segregação entre agricultores e azeiteiros era completa há apenas 40 anos: bairros distintos, casamentos exclusivos dentro do grupo, forte animosidade entre uns e outros. (...) Para o judeu a lavoura era uma actividade penosa e inferior. (...) O lavrador sentia a sua posição como inferiorizante em relação àqueles que viviam do negócio, da cabeça. (Lopes, 2004, p. 35)

Esta consciência de pertença e, logo, de alteridade, ou seja, da existência de um "outro", foram e são elementos fundamentais para a construção identitária destas duas comunidades. Por um lado, uma comunidade que se afirmou pelo trabalho, pelo investimento e pela astúcia nos negócios, conquistou o poder efetivo, mas também simbólico, na estrutura e nas dinâmicas sociais internas. Esse poder da comunidade dos cristãos novos ou judeus transportou consigo carisma, orgulho e confiança, que teve como resultado a consciencialização de uma confiança identitária, ou a percepção generalizada de identidade reforçada. Por outro lado, a comunidade de cristãos velhos, que ao longo do tempo se sentiu inferiorizada, estigmatizada e envergonhada pelo seu insucesso e por não conseguir imitar a arte e o engenho dos judeus, transportou consigo uma tremenda insegurança que se traduziu numa identidade ressentida e ensimesmada.

Nomeação

A nomeação é um processo de identificação, de alteridade, de diferenciação, ou como escreve Richard Alford (1988), "nomear tem duas funções centrais: a diferenciação e a categorização" (p. 69).

Todas as sociedades, presentes e passadas, encontram a sua lógica e a sua organização na prática comum de atribuir a cada indivíduo um nome e essa prática assume uma dimensão universal enquanto mecanismo de referência social (Feijó, 2008, p. 167). Em Carção, a consciência de pertença a um grupo (identidade), assim como a existência de um "outro" muito próximo (alteridade), de quem se procura diferenciar, motivará, naquilo que são as estratégias familiares, as relações de vizinhança, de trabalho e de socialização, variados e hierarquizados processos de nomeação:

- Entre indivíduos das duas comunidades (alcunhas ou nomeadas individuais) – por exemplo: o "peixeiro", também "almocreve", também "judeu".
- Entre as duas comunidades (nomeadas coletivas para cada comunidade) – por exemplo: os "perros" ou "judeus" ou "marranos" – os "lavradores" ou "cabrões" ou "jeireiros".
- Entre aldeias ou povoações (nomeadas coletivas atribuídas a cada aldeia ou povo) – por exemplo: os de Carção são conhecidos por várias nomeadas: "judeus", "marranos", "peliqueiros", "surradores", "batoteiros".

A propósito de “batoteiros”, diz-nos Paulo Lopes (2002) que os de Carção “tinham, o que não é de estranhar, a fama de pouco sérios nos negócios. Já ouvi algumas vezes em outras localidades o seguinte ditado: bem aventurados são/ os que não tiveram contas/ com os de Argozelo e Carção” (p. 7).

Manifestações Culturais

Os dias e noites da novena são dias de festa em Carção. Durante o nosso trabalho de campo, pudemos identificar pelo menos duas manifestações que poderão ser exemplificativas da cisão cultural entre estas duas comunidades. A primeira diz respeito ao uso de instrumentos musicais, pois na noite dedicada aos fados e durante as atuações ao ar livre, disseram-me que esta era uma tradição dos judeus, pois os não-judeus não sabiam tocar viola, o que motiva o uso de outros instrumentos e outros cânticos. Na revista *Almocreve* encontramos o seguinte testemunho:

cada grupo, segundo os seus cânones, entoava as suas canções, noite fora, até de madrugada, seguindo os itinerários que a cada um estavam destinados, segundo o costume de então: Ruas do Vale, das Fontes, das Pereiras, Praça, para os ditos “judeus”, cujos instrumentos eram a guitarra portuguesa e violão; e as restantes: ruas de cima, dos Gatos, de Falcão, Penedas, Igreja, para o outro grupo, que se faziam acompanhar de realejo e ferrinhos. Face à animosidade existente entre estes dois estratos sociais, surgiam desacatos desagradáveis durante as rondas. (Jerónimo, 2010, p. 27)

A segunda manifestação refere-se à participação nos momentos importantes da festa ou cerimónias. Os cristãos novos estavam impedidos de participarem ativamente em determinados rituais, como, por exemplo, nas cerimónias religiosas.

Segundo o Pe. Miranda Lopes (1939), ordenava-se que nas procissões em Carção, as varas do Pálio não fossem dadas aos cristãos-novos, o que foi causa de grandes e sangrentas desordens e gravíssimos conflitos, desunindo as famílias e criando rivalidades entre os moradores da freguesia. (Lopes, 2004, p. 33)

Semiótica do Espaço

Deambulando pela aldeia, conversando com os seus habitantes, estando atento a alguns signos e símbolos, depressa nos apercebemos de um conjunto de elementos que, não só identificam e caracterizam os lugares, como denotam estruturas, exclusividades, hierarquias e poderes. Identificámos três diferentes tipos de elementos:

- Na toponímia, que ainda hoje traduz a realidade social pretérita desta aldeia. Por exemplo, existe uma Rua do Meio, que, segundo nos disseram na aldeia, dividia o espaço habitacional e de circulação de uma e de outra comunidade.
- Na construção das habitações existe uma evidente diferença entre a tipologia de construção no centro da aldeia, que é território (quase) exclusivo dos cristãos novos e a construção nas zonas mais periféricas (território dos cristãos velhos).

Uma habitação destinava-se principalmente às famílias do ramo da agricultura e criação de gado... De 2 pisos: no R/C [rés do chão] uma loja destinada aos gados e às alfaias agrícolas... No 1º piso, a habitação com cozinha e quartos. A outra habitação encontra-se nas zonas mais importantes da aldeia, como os largos, onde os vizinhos se juntam e convivem. Essas casas eram das famílias que tinham mais posses, que estavam ligadas ao comércio ou à produção em grande escala. Nestas casas, por vezes, surge um terceiro piso destinado à habitação (quartos). O R/C destas casas, também servia para o comércio. (Gonçalves, 2003, p. 29)

- Na hierarquia e na exclusividade dos espaços e lugares públicos e privados dentro da aldeia. A então chamada “praça” era, ainda será, um dos traços mais característicos de Carção. “O povo chama à Praça o bairro dos judeus” (Lopes, 2004, p. 32), o que manifesta um perfeito reconhecimento da estrutura da aldeia e seus espaços exclusivos, para não dizer interditos. É perceptível um contraste entre a praça e o bairro de cima, ou seja, entre o bairro dos judeus e o dos lavradores. O preço do terreno e de construção é diferenciado. O acesso à propriedade ou construção no centro da aldeia também era (ainda será...) exclusivo às famílias da comunidade judaica.
- Percebemos também que para alguns elementos – os mais velhos, da comunidade dos cristãos velhos, mesmo o acesso ou a passagem pelo centro da aldeia é evitado e quando acontece, ele é notado e comentado.

Embora não trabalhassem, muitos judeus eram (...) proprietários de terras, o que os obrigava a buscar entre os “cabrões” a mão-de-obra indispensável para toda uma série ininterrupta de tarefas. (...) Toda uma teia de vínculos que se prolongavam no tempo:

Cada judeu tendia a contratar os mesmos obreiros;

Cada “cabrão” tinha o seu “soteiro” (lojista), o seu sapateiro, o seu alfaiate, o seu latoeiro, pagando normalmente com dias de trabalho. (Andrade, 2009, p. 38)

A Contemporaneidade: Da Ocultação à Afirmação

À medida que o século XX se foi aproximando do seu fim, verificou-se uma transformação persistente e significativa na vida das comunidades em Carção. Foram vários os fatores que contribuíram para essa transformação, permitindo, em simultâneo, a diluição ou atenuação de muitas das clivagens sociais, económicas e culturais, aqui identificadas. Podemos identificar e caracterizar algumas dessas causas:

- Os movimentos migratórios – na primeira metade do século XX para o Brasil, depois e com maior intensidade, na década de 60 e 70 para os países europeus, nomeadamente para França e Espanha. Esta emigração foi realizada, maioritariamente, por indivíduos da comunidade dos lavradores e jornaleiros.

- Desenvolvimento das vias de comunicação e meios de transporte regionais – inviabilizaram ou obrigaram a deslocalização do comércio local para os centros urbanos mais próximos (Macedo de Cavaleiros, Mirandela e, também, Vimioso). Dizia o povo: “já não há judeus!”, querendo com isso significar a partida desses grandes comerciantes que animavam a vida em Carção (Lopes, 2004, p. 34).
- A alteração do modo de vida, ou seja, a sua urbanização – consequência direta do abandono da vida agarrada à terra e do comércio, muitos procuraram outros modos de vida nas vilas e cidades, de forma a melhorar a sua condição, adquirindo novas rotinas, novos hábitos e novos consumos.
- As festividades em honra da Senhora das Graças – enquanto momento maior – “o Natal de Carção”, para toda a comunidade carçonense – de reunião, de convívio e de culto religioso e elemento estruturante e estruturado da vida dos indivíduos, das diásporas e da localidade.

A Senhora das Graças – Mediadora em Carção

Em Carção, existem várias invocações e devoções: para além do orago de Santa Cruz, Santa Bárbara, Senhora do Rosário ou Assunção, Coração de Jesus, Santo António, São Caetano, Santo Estevão, Santo Amaro e Nossa Senhora de Fátima. Com tal panóplia de invocações, as gentes de Carção ainda conseguiram espaço e tempo para acolher a devoção à Senhora das Graças, transformando-a não só na padroeira da aldeia, como na maior festividade local.

A memória das pessoas não alcança a origem deste culto, mas é entendimento comum que ela terá chegado a Carção em meados da segunda metade do século XIX, sendo apontado o ano de 1869 como o ano da primeira festividade. A invocação “Senhora das Graças” tem o seu momento primeiro, cosmogónico, nos acontecimentos de Paris em 1830, quando Nossa Senhora aparece a Catarina de Labouré.

Nessa aparição, a Senhora terá pedido a Catarina que mandasse cunhar uma medalha, pois quem andasse com elas ao pescoço por devoção receberia grandes graças. A “medalha milagrosa”, como ficou conhecida, rapidamente se espalhou pelo mundo e terá chegado a Portugal ainda na primeira metade do século XIX – provavelmente na segunda metade do ano de 1835, através do dinamismo das ordens e congregações religiosas. O culto à medalha milagrosa e à Senhora das Graças chegou a Trás-os-Montes, através da Confraria do Santíssimo e Imaculado Coração de Maria e do esforço do Padre Frei João de Nossa Senhora do Rosário, missionário no Convento de Vinhais, em 1855 (Vale, 2010, p. 53). O seu sucesso na região não é indiferente ao contexto social e económico dessa época: invernos tempestuosos, escassas colheitas e ameaça de fome, depois a peste, que atacou em toda a região e, particularmente, em Carção, a partir de novembro de 1855, onde fez 14 vítimas mortais (Alves, 2000, p. 287). Estavam assim criadas todas as condições tangíveis e intangíveis para a adesão a esta nova invocação mariana.

Não existe qualquer documento ou fonte que confirme a primeira festa em honra da Senhora das Graças de Carção em 1869, mas a população local atesta essa data servindo-se de um pequeno azulejo, que assinala o centenário destas festividades em 1969 e que as pessoas preservam nas paredes de suas casas.

A devoção à Senhora das Graças foi crescendo e ganhando relevo e importância para a população local, obrigando a um cuidado crescente e a um esforço cada vez mais mobilizador. Durante todo o século XX, principalmente na sua segunda metade, esta devoção e festa foi central para a vivência quotidiana da aldeia, das suas comunidades e, principalmente, das suas diásporas, uma vez que a fé na "sua" Senhora lhes permitia enfrentar as dificuldades da vida longe da aldeia e da família, como era a festa que motivava o seu cíclico regresso, reavivando a sua fé, a sua pertença à comunidade e animando a aldeia durante esses dias.

A Festa

A organização da festa é da responsabilidade de uma comissão, constituída por algumas dezenas de elementos e presidida por um juiz, quase sempre pertencente à comunidade de cristãos novos. O trabalho de cada comissão inicia-se precisamente no último dia da festa do ano anterior. Este momento é designado "a entrega da festa", no qual o atual juiz, perante os festejeiros, anuncia e apresenta os responsáveis pela festa do ano seguinte. Logo aí começam as especulações e os comentários: "a festa vai subir..."; "vai descer..."; "está garantida..." (Vale, 2010, p. 80). Ser eleito, ser escolhido, ser aceite juiz da festa é percecionado como um lugar de destaque, auferindo protagonismo e prestígio na comunidade na exata medida do sucesso da "sua" festa. Fazer parte de uma comissão de festas, seja enquanto juiz ou enquanto comissário, é um fardo pesado, mas é desempenhado por todos com orgulho e devoção, proporcionando uma aura de prestígio, ainda que temporária ou efémera.

Uma das principais características desta festa é que, em cada ano, a comissão não tem qualquer valor inicial para trabalhar, ou seja, nem que sobre dinheiro da festa anterior, ele não transita para o ano seguinte, é gasto em benefício da comunidade, da paróquia ou da santa. Afirmam que esta é a forma certa de implicar e comprometer cada nova comissão e juiz, obrigando estes a assumir compromissos sem terem a certeza de que irão conseguir reunir verbas suficientes para as respetivas despesas. Como afirma o juiz da festa de 2010, "a possibilidade de faltar dinheiro é uma questão de prestígio individual e coletivo" (Vale, 2010, p. 85).

Em termos de orçamento, cada comissão e em especial o seu juiz, com o objetivo de conseguir a melhor festa possível e distinta das anteriores, procura construir o orçamento que permita realizar uma festa que agrade e que seja referência para o futuro. Importa referir que, sendo também uma questão de afirmação pessoal de cada juiz, o sucesso da festa mede-se pelo orçamento das despesas assumidas, algo que a comunidade só consegue perceber quando é conhecido o cartaz das festividades de cada ano. Por entre várias despesas que são mais ou menos certas, destacam-se alguns compromissos dos quais nenhuma comissão pode escapar, pois são os elementos

que poderão fazer a diferença com as festas anteriores e, talvez, com as posteriores: artistas e bandas musicais (filarmónica, ligeira e popular), fogo de artifício, decoração da igreja e andores, abastecimento de bares. Em relação às receitas, existem três fontes principais de angariação de verbas para fazer face a compromissos já assumidos: dádivas à Senhora e aos outros santos durante os dias da novena e, principalmente, no domingo, dia principal da festa; o peditório, que em Carção se designa de “tirar a esmola”, realizado no domingo de manhã pelo juiz e sua comissão, acompanhados pela banda filarmónica contratada, percorrendo toda a aldeia e batendo a cada porta; e as receitas do bar e das quermesses.

Esta festa contempla um conjunto de atividades e momentos que se dividem entre uma dimensão religiosa e uma secular ou profana. Dizem respeito à primeira a novena, as eucaristias, a exposição da imagem da Senhora no seu andor e as procissões – a de Santa Teresinha no sábado à tarde, organizada pelas raparigas solteiras, a das velas no sábado à noite, que traz à aldeia um ambiente peculiar de iluminação das ruas, e a da Senhora, no domingo à tarde, momento maior e principal de toda a festividade. No que toca às atividades seculares/profanas, a festa tem um programa variado e muito preenchido durante os dias da novena, com torneios de jogos tradicionais e populares, arruadas de gaiteiros, ranchos, filarmónicas, espetáculos musicais e fogo de artifício.



"A procissão para em frente de cada casa que tenha pessoas à janela ou varanda, para cumprirem as suas promessas"

Luís Vale

Figura 1
Pormenor de pagamento de uma promessa durante a procissão das promessas.
Créditos. Luís Vale.

A Procissão da Senhora

A encerrar a festa realiza-se na tarde de domingo, depois da eucaristia, a "Procissão das Promessas", tal como é localmente designada. É o momento principal, mais característico e onde se concentram todas as energias da comunidade, onde poderemos realizar a síntese desta festa. Nela participam todos os indivíduos que, por diferentes motivações, prestam culto à Senhora. Esta procissão sai da igreja paroquial e dela fazem parte andores de todos os santos que a comunidade venera, sendo que o andor da Senhora é o que segue em último. O percurso obedece a um itinerário fixo, ainda que possa sofrer pequenos desvios, negociados com a comissão (juiz), tendo em consideração os valores envolvidos nessas promessas. Percorre os arruamentos do centro da aldeia, naquilo que era, e ainda é, maioritariamente, território dos cristãos novos. A procissão para em frente de cada casa que tenha pessoas à janela ou varanda, para cumprirem as suas promessas, ou seja, para colocarem nas fitas do andor determinada quantia de dinheiro. Por vezes, pessoas que não moram nas ruas por onde passa a procissão pedem a familiares ou amigos para pagarem as suas promessas nas suas varandas ou janelas (Figura 1).

Sendo uma manifestação pública de devoção, é também uma expressão evidente e consciente do maior ou menor sucesso na vida de cada indivíduo e família. Esta afirmação pública de pagamento de promessas durante a procissão, naquilo que podemos designar de "performance do ver e ser visto", tem, pelo menos, uma tripla função:

Devocional, pois resulta, antes de mais, da fé de cada um na capacidade de intercessão da Senhora nos problemas e desafios das suas vidas.

Prestigiante, na medida em que estas contra-dádivas públicas permitem que a restante comunidade tenha conhecimento do sucesso na vida, pois quem assiste procura perceber o valor colocado em cada fita e comentam-se, principalmente, aqueles que maior valor fixam nas fitas.

Redistribuição, ou uma forma de aqueles que maior sucesso têm durante o ano contribuir para o sucesso ou melhoria das condições (estruturas e equipamentos coletivos) da aldeia e seus habitantes.

Considerações Finais

Dizem-nos em Carção que estes dias de festa são o seu "Natal" e, como tal, ninguém quer faltar a essa reunião familiar e comunitária. Só mesmo razões maiores, tais como problemas de saúde, dificuldades económicas extremas e compromissos profissionais inadiáveis, impedem os carçõenses de regressar à sua aldeia nestes últimos dias de cada agosto.

Em jeito de consideração final, importa salientar que o "Natal de Carção" é uma festa que contempla várias celebrações: de fé, de identidade e de pertenças, de poder e sucesso individual e coletivo, de prestígio individual e coletivo, de memória. Pela

nossa experiência no terreno, durante os vários anos em que assistimos à novena e à festa em Carção e pelos dados etnográficos que fomos acumulando, consideramos que a Senhora é o elemento que mais contribuiu, e ainda contribui, para a convivência e tolerância entre as comunidades de “perros” e “cabrões”, neste pequeno lugar da terra fria transmontana.

Referências

- Alford, R. (1988). *Naming and identity: A cross-cultural study of personal naming practices*. HRAF Press.
- Alves, F. (2000). *Memórias arqueológico-históricas do distrito de Bragança*. Câmara Municipal de Bragança; Museu Abade de Baçal.
- Andrade, M. (2009). Carção – Identidade e memória. *Almocreve*, 6, 38–39.
- Benedict, R. (2005). *Padrões de cultura* (A. Candeias, Trad.). Livros do Brasil. (Trabalho original publicado em 1934)
- Feijó, R. G. (2008). Língua, nome e identidade numa situação de plurilinguismo concorrencial: O caso de Timor-Leste. *Etnográfica*, 12(1), 143–172. <https://doi.org/10.4000/etnografica.1641>
- Gonçalves, E. (2003). Arquitectura em Carção. *Almocreve*, 1, 28–30.
- Guimarães, F., & Andrade, A. (2008). Carção a capital do marranismo. *Almocreve*, 5, 43–47.
- Instituto Nacional de Estatística. (2021). *Censos 2021: Resultados provisórios*. Retirado a 5 de maio de 2022, de https://www.ine.pt/scripts/db_censos_2021.html
- Jerónimo, S. (2010). Serenatas em Carção. *Almocreve*, 7, 27–28.
- Lechner, E. (2007). Antigas afinidades na construção da diferença na diáspora: Emigrantes transmontanos em França. In Associação Portuguesa de Antropologia (Ed.), *Actas do terceiro congresso* (pp. 1–10). APA.
- Lopes, P. (2002). Editorial. *Almocreve*, 0, 1–5.
- Lopes, P. (2004). Carção, um lugar central de comércio na segunda metade do século XX (1950/1960). *Almocreve*, 3, 32–36.
- Lopes, P. (2006). Etnicização do espaço e produção de identidade. In B. Casimiro (Ed.), *Relações sociais de espaço – Homenagem a Jean Remy* (pp. 137–152). Edições Colibri.
- Nogueiro, I. (2010). Da genética dos judeus de Trás-os-Montes. *Almocreve*, 7, 49–51.
- Sobral, J. (2012). *Portugal, portugueses: Uma identidade nacional*. Fundação Francisco Manuel dos Santos.
- Steinhardt, I. (2009). A origem e evolução da palavra marrano. *Almocreve*, 6, 53–55.
- Vale, L. (2010). *Senhora das Graças – A santa e padroeira de Carção*. Edições Cosmos.